

### **Sumário:**

I – INTRODUÇÃO. II – DIREITO AMBIENTAL. III – ÉTICA. IV – CONCLUSÕES

### **I – INTRODUÇÃO**

A primeira preocupação, ao se falar de ética ambiental, é inserir esta nova modalidade de ciência comportamental dentro do cronograma de evolução dos direitos e interesses da humanidade.

O homem, ser gregário e social, é parte dos chamados DIREITOS NATURAIS – poucos e essenciais, tais como: direito à vida, à segurança, à saúde etc, defendidos a ferro e fogo, com a garantia do Estado.

Entretanto, quando é o próprio Estado o violador desses direitos, não há defesa possível, senão por meio da RESISTÊNCIA. O súdito rebela-se contra a supremacia do soberano que não respeita os direitos indispensáveis à sobrevivência, resistindo e pressionando a ordem constituída pelo Príncipe.

Assim, ultrapassa-se a esfera dos DIREITOS NATURAIS, também chamados de Direitos de primeira geração, e alcançam-se os Direitos de segunda geração, que são os DIREITOS POLÍTICOS.

Essa fase teve início com a Revolução Francesa, em 1789, quando aprovada a Primeira Declaração dos Direitos do Homem. A marca registrada desta era é a consciência da necessidade de limitação do poder



estatal, garantindo-se a liberdade individual: ninguém pode ser acusado, preso ou detido, senão nos casos determinados em lei.

É a grande fase do desenvolvimento dos direitos individuais. Contudo, este individualismo jurídico demonstrou claramente a sua disfunção, pois passou a traduzir os interesses de classe, deixando à margem grupos fragilizados por questão de idade, sexo, cor, credo, nacionalidade, etc. A Revolução Industrial, por exemplo, deixou às claras o desamparo das mulheres, crianças e idosos.

A revisão desse individualismo jurídico, que perdurou pelos Séculos XIX e XX, fez aparecer os DIREITOS SOCIAIS, chamados de Direitos de terceira geração.

## **1- LIBERDADES PÚBLICAS**

Inicia-se com uma visão individualista, cuidando-se da proteção à educação, ao pleno emprego, à segurança, etc. São as chamadas LIBERDADES PÚBLICAS.

## **2- GRUPOS**

Em um segundo momento, passa-se a visualizar o homem integrando-o ao grupo social, identificado por laços comuns; família; minorias éticas e religiosas.

Fala-se de interesses envolvendo grande número de pessoas, muitas das quais sem possibilidade de identificação. São os chamados DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.

Até então estava o Direito dividido entre o Público e o Privado, mas entre um e outro havia um abismo, segundo a visão de Mauro Cappelletti.

Nesta segunda fase dos direitos sociais, cuja preocupação não é mais com o Estado (*L'État c'est moi*) ou com o indivíduo (*Laissez faire*

*laissez passer*), e sim com grupo de indivíduos que fazem parte de um identificador geral de um liame não acertado, mas que os une de alguma forma. Assim é que surge a idéia de que todos os consumidores de um determinado produto devem ter a proteção estatal. Todos os moradores de um bairro determinado fazem jus a usufruírem de uma área verde situada no local. Todos têm direito a respirar ar puro e não serem incomodados pela fumaça das queimadas.

Nessa fase, fim do Século XX, é que nasce o DIREITO AMBIENTAL.

Insere-se o Direito Ambiental, portanto, entre os Direitos de terceira geração ou direitos sociais.

## **II – DIREITO AMBIENTAL**

Até meados do Século XX, só era possível se falar em proteção jurídico-estatal dos direitos passíveis de apropriação e identificação, cujo titular estivesse identificado, sendo o direito delimitado.

Sobre este enfoque construiu-se toda a ordem jurídica, estruturou-se o Poder Judiciário e a Teoria Geral do Processo ou das normas instrumentais, veículo para se chegar até o Estado-Juiz.

De um lado, tínhamos os chamados INTERESSES INDIVIDUAIS ou PRIVADOS, defendidos pelos seus titulares, do outro lado, tínhamos os INTERESSES PÚBLICOS SECUNDÁRIOS, defendidos pelo Estado.

Entretanto, entre uns e outros, identificou-se uma zona cinzenta, um verdadeiro fosso que permanecia fora do alcance da proteção estatal, representado pelos INTERESSES PÚBLICOS PRIMÁRIOS que, não sendo de ninguém especificamente, era do interesse de todos ou

de um grupo considerável de pessoas. Mas que interesses são estes? São os interesses difusos e coletivos.

Em um primeiro plano, os recursos naturais, colocados à disposição do homem sem a sua participação: o ar, a água, o solo, a biosfera, etc.

Em um segundo momento, também se inseriu neste campo uma série de bens culturais e históricos que se incluem entre os recursos ambientais – MEIO AMBIENTAL OU HUMANO associado ao patrimônio natural.

Temos, então, na representação dos INTERESSES PÚBLICOS PRIMÁRIOS: os bens e interesses naturais + bens e interesses ambientais = condições produzidas pelo homem que afetam sua existência planetária.

A partir da idéia de limitabilidade dos recursos naturais e da utilização ordenada desses recursos, volta-se a preocupação para o coletivo. E a solidariedade surge como ingrediente indispensável à manutenção dos bens a proteger.

Quebra-se o paradigma da individualidade, que pode ser verbalizada pela tradicional idéia de “eu ocupo, logo é meu. E como é meu, faço o que bem entendo”.

Surge, então, a preocupação com o chamado ECOSISTEMA (recursos naturais + recursos ambientais). Condições produzidas pelo homem que afetam sua existência.

Dentro desse enfoque vem a idéia de que sobre os recursos naturais e os bens ambientais há uma espécie de HIPOTECA SOCIAL, traduzida no entendimento de que não se pode deles dispor ao seu bel-prazer, pois os interesses maiores e mais amplos são os da comunidade.

A visão do meio ambiente como bem passível de tutela jurídica é, portanto, recente e surgiu em decorrência das graves consequências da degradação predadora dos recursos naturais e também da evolução na conquista dos DIREITOS HUMANOS com garantias nacionais e internacionais.

Pergunta-se, então: Qual a natureza jurídica dos direitos humanos? Duas idéias levam a duas visões distintas:

Pela visão de NORBERTO BOBBIO têm os direitos humanos caráter heterogêneo e histórico, sendo também dinâmico, porque construído a partir dos fatos e das mudanças sociais. Daí a sua relativização, à medida que nascem na sociedade e a ela se dirigem. Ao final conclui o notável professor que os direitos humanos não são direitos propriamente, mas embriões para futuros direitos.

Na visão do jurista brasileiro ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE, os direitos humanos decorrem de um único fundamento, a vida, sendo o meio ambiente uma extensão do direito à vida. Assim, quando se fala em garantia ao Direito Ambiental estar-se-á a falar de garantia à vida digna, e por conseguintes de direito ao desenvolvimento.

Aderindo-se a uma ou a outra posição, o certo é que hoje o meio ambiente é considerado como DIREITO FUNDAMENTAL e, em complementação, DEVER FUNDAMENTAL, ou seja, liberdade e responsabilidade.

Duas questões são colocadas a partir da caracterização do Direito Ambiental no rol dos direitos humanos. A primeira diz respeito à figura do homem integrado à natureza como mais um componente, o que levaria a se pensar que a natureza seria um sujeito de direito com valor intrínseco, não podendo se falar em hierarquia entre o ser humano e os demais seres vivos. Afinal, tudo é natureza e de igual valor.

A visão em contrário levaria a negar-se a natureza como ente autônomo. Estaria ela limitada à sua relação com o homem, sem valor intrínseco, cuja proteção só se justifica pela necessidade de proteção à vida humana.

A segunda questão diz respeito à colocação do direito ao meio ambiente ao lado de outros direitos da mesma categoria, como por exemplo o direito à propriedade privada.

Na pós-modernidade, o meio ambiente surge como nova instituição, como realidade dinâmica e mutante, como tal reconhecido em 1972, quando da realização da Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, visão referendada por ocasião da ECO 92, no Rio de Janeiro.

### III – ÉTICA

Moral e ética são noções sempre ligadas ao DIREITO. Historicamente, o direito nasceu da correlação entre a ética e a política, como noções indissociáveis. Mas, afinal, o que é ética?

Dentro de uma visão de absoluta simplicidade podemos dizer que é a “responsabilidade de cada ser humano em relação ao seu semelhante”.

Com efeito, a vida envolve uma série de relacionamentos, desde o mais difícil, que é aquele consigo mesmo. A partir daí, são incontáveis as relações que vão surgindo pela vida afora, tais como a relação com o próximo e a relação com o meio ambiente, dentre outros.

No decorrer desses relacionamentos que se entrelaçam, surge a interferência de meros fatores, dentre os quais intervenção dos defeitos humanos, a que Eugênio Missak chamou de DEFEITO DE FABRICAÇÃO.

Afinal, o homem se considera eterno, não lida bem com o tempo e não percebe os seus atos predatórios, sacrificando as gerações futuras.

Pensando no hoje e em um futuro próximo, o homem modela sua gestão e explora a natureza baseado em razões eminentemente individualistas de efeitos catastróficos, tais como

- mudanças climáticas;
- aquecimento global;
- aumento do desflorestamento;
- perda da biodiversidade;
- envenenamento agrícola;
- destruição das paisagens;
- acidentes nucleares.

Observada essa realidade, procura-se uma opção para o homem adotar um modelo de gestão e exploração da natureza embasando-se na autopreservação e na responsabilidade pelo futuro dos seus semelhantes.

Cabe esta tarefa a uma nova disciplina, nascida do casamento da ética com a vida ou preservação da vida.

Dentro de uma visão paradigmática, construída pela pós-modernidade, podemos dizer que a bioética constrói uma nova moralidade dos indivíduos e da sociedade, voltada para o direito natural e para a natureza das coisas como matriz.

A partir desse entendimento, pode-se pensar em meio ambiente sob três diferentes ângulos:



a) como patrimônio da coletividade, dentro de uma visão social;

b) como objeto de gestão do Poder Público e da comunidade, sob o enfoque político, ou

c) sob o ângulo biocêntrico, encarando a sobrevivência humana e planetária.

É exatamente esse último sob tal enfoque que se construiu a idéia de ÉTICA AMBIENTAL. É importante chamar atenção para as palavras de Leonardo Boff: "A preocupação com o ambiente (ou com a ecologia) não é, enfim, luxo de classes dominantes ou modismos momentâneos. A questão ecológica remete a um novo estágio da consciência mundial, à importância da Terra como um todo."

O homem, atualmente, já está mais conscientizado da importância da preservação e, aos poucos, vai tomando consciência e adotando postura ética em face da natureza. Mas, não são poucas as dificuldades, a partir da falta de tradição e conscientização, com uma resistência brutal em romper com a cultura tradicional, quebrando paradigmas.

Dentro desse ângulo, optar pela ética ambiental é caminhar pela mão contrária aos interesses econômicos, regente maior dentro de uma sociedade que optou pelo neocapitalismo. O lucro é fácil e sedutor, levando a uma tendência inexorável de utilização da matéria prima da natureza de forma indiscriminada, em nome do processo.

Por fim, a pobreza do planeta é fator preponderante. Afinal, é difícil falar em preservação do meio ambiente quando se vive diuturnamente tentando preservar a própria vida, lutando para satisfazer necessidades básicas como comer, morar, vestir e para que não dizer sonhar.



Esta visão não passou despercebida do Professor CANÇADO TRINDADE, que bem definiu o impasse na seguinte frase: “Só há de se falar em direito ambiental se for possível garantir o direito à vida digna”.

## **VI – CONCLUSÕES**

1) A questão ambiental colocou em xeque os pensamentos e as ações humanas, desde o pensamento individual até os grandes sistemas da sociedade globalizada.

2) A questão ambiental necessita de uma nova visão, sob tríplice aspecto: patrimônio ambiental, gestão pública e ética da vida.

3) Ética global para a política e a economia mundiais, seja para os que adotam a política realista, seja para os que adotam a política idealista; é imprescindível para que se possa ter uma visão realista do problema.

4) A globalização com a sua revolução estrutural é ambivalente, imprevisível, mas precisa ser controlada.

5) A atuação dos ativistas políticos de cunho ambiental é expressão de uma mudança de paradigma na era da pós-modernidade.

6) A ética ambientalista tem comprometimento não só com o futuro, mas também com o hoje e com o agora.

7) A ÉTICA AMBIENTAL conduz à justiça legal e à justiça de moral de mãos dadas, na construção de um mundo saudável e justo.

Ao terminar, permitam-me usar as palavras do Professor Roberto Santos, ilustre sociólogo e economista da UFPA:

“Nos reconciliemos com o bom e o belo planeta azul, que Francisco de Assis chamava carinhosamente nossa irmã e mãe TERRA”.

